

No. 28449

**BRAZIL
and
URUGUAY**

Exchange of notes constituting an agreement regarding a tax exemption regime for the acquisition of vehicles by the diplomatic and consular corps. Montevideo, 29 August 1991

Authentic texts: Portuguese and Spanish.

Registered by Brazil on 29 October 1991.

**BRÉSIL
et
URUGUAY**

Échange de notes constituant un accord concernant une exemption fiscale pour l'acquisition de véhicules par les corps diplomatique et consulaire. Montevideo, 29 août 1991

Textes authentiques : portugais et espagnol.

Enregistré par le Brésil le 29 octobre 1991.

EXCHANGE OF NOTES CONSTITUTING AN AGREEMENT¹ BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF EASTERN REPUBLIC OF URUGUAY REGARDING A TAX EXEMPTION REGIME FOR THE ACQUISITION OF VEHICLES BY THE DIPLOMATIC AND CONSULAR CORPS

ÉCHANGE DE NOTES CONSTITUANT UN ACCORD¹ ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE ORIENTALE DE L'URUGUAY CONCERNANT UNE EXEMPTION FISCALE POUR L'ACQUISITION DE VÉHICULES PAR LES CORPS DIPLOMATIQUE ET CONSULAIRE

I

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

EMBAIXADA DO BRASIL

Montevidéu, em 29 de agosto de 1991

Nº 216

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com relação ao regime de franquia tributária para a introdução, aquisição e transferência de veículos na República Federativa do Brasil e na República Oriental do Uruguai por parte das Missões diplomáticas e Repartições consulares, pelos agentes diplomáticos, funcionários consulares e membros do pessoal administrativo e técnico de ambos países coincidindo com Vossa Excelência no seguinte:

¹ Came into force on 29 August 1991, in accordance with the provisions of the said notes.

¹ Entré en vigueur le 29 août 1991, conformément aux dispositions des dites notes.

I - VEÍCULOS PARA USO OFICIAL

1. A Missão diplomática de uma das Partes no território da outra poderá importar, livre de todo trâmite cambial e isento de todo tipo de direito alfandegário, tributos e gravames, até quatro veículos e os Consulados-Gerais até dois automotores destinados a seu uso oficial. Os referidos veículos poderão ser transferidos, e posteriormente substituídos, isentos de todo tributo, após o prazo de 36 meses de seu desembaraço alfandegário.

2. A Missão diplomática da República Oriental do Uruguai perante o Governo da República Federativa do Brasil e os Consulados-Gerais em território brasileiro poderão optar por adquirir, exonerados de todos os tributos e gravames, veículos de fabricação brasileira, nas condições previstas no item 1. Os citados veículos poderão ser transferidos e posteriormente substituídos, isentos de todo tributo, após o prazo de doze meses, contado da data da autorização para o licenciamento de veículo por parte de Superintendência Regional da Receita Federal.

II - VEÍCULOS PARA USO DOS AGENTES DIPLOMÁTICOS E FUNCIONÁRIOS CONSULARES

3. Os agentes diplomáticos e funcionários consulares de uma das Partes, que desempenhem funções permanentes no território da outra, poderão importar, livre de todo trâmite cambial e isento de todo tipo de direitos alfandegários, impostos e gravames, um veículo para o estrito uso pessoal seu e de sua família.

3.1. O referido veículo não poderá ser transferido a terceiros antes de três anos a partir da data do desembaraço alfandegário, salvo nos seguintes casos:

- a) a qualquer momento, a outro beneficiário com a mesma franquia não utilizada;
- b) quando, por motivos alheios à vontade de seu titular, o veículo tiver sido destruído e a companhia seguradora certificar essa destruição, poderá ser autorizada sua transferência e eventual substituição;
- c) após um ano, por término de funções de seu titular, a pessoa não beneficiária de privilégio, mediante o recolhimento dos impostos devidos.

3.2. A transferência do veículo a pessoa não beneficiária de privilégio será efetuada, após três anos do seu desembaraço alfandegário, livre de qualquer tributo, podendo ser substituído.

3.3. Os agentes diplomáticos e funcionários consulares da República Oriental do Uruguai na República Federativa do Brasil poderão optar por adquirir, exonerado de todo tributo e gravame, um veículo de fabricação brasileira, que poderá ser transferido e posteriormente substituído, isento de todo tributo, após o prazo de 12 meses, contado da data da autorização para o licenciamento de veículo por parte da Superintendência Regional da Receita Federal.

3.4. Os agentes diplomáticos uruguaios que desempenhem funções permanentes na República Federativa do Brasil poderão também adquirir um veículo adicional de fabricação brasileira, exonerado do imposto sobre produtos industrializados ou seu equivalente, que poderá ser transferido livre de todo tributo e gravame, após o prazo de doze meses, contado da data da autorização para o licenciamento de veículo por parte da Superintendência Regional da Receita Federal, sendo aplicáveis as exceções previstas nas alíneas a e b do item 3.1.. O referido veículo não poderá ser substituído por outro com exoneração parcial de impostos. O Governo da República Federativa do Brasil está examinando a possibilidade de estender aos funcionários consulares da República Oriental do Uruguai a aquisição deste veículo adicional, a partir da data da correspondente comunicação diplomática ao Governo uruguaio.

4. Os agentes diplomáticos e funcionários consulares brasileiros poderão importar, em caráter de admissão temporária, um veículo adicional cuja propriedade não poderá ser transferida exceto:

- a) para ser reexportado; e
- b) para ser cedido a uma companhia seguradora, após o pagamento de impostos de que foi exonerado.

5. A fim de equiparar os regimes atualmente vigentes, os agentes diplomáticos e funcionários consulares brasileiros poderão transferir, por término de suas funções na República Oriental do Uruguai, a propriedade do veículo importado livre de todo tributo a pessoa não beneficiária de privi

légio, desde que o referido veículo tenha mais de um ano do desembaraço alfandegário.

6. O regime acordado nos itens 3 e 5 para os funcionários brasileiros que desempenhem funções permanentes em território uruguaio exclui a possibilidade de importação de outro veículo após dois anos, prevista nas normas de franquias vigentes na República Oriental do Uruguai.

III - VEÍCULOS PARA USO DOS MEMBROS DO PESSOAL ADMINISTRATIVO E TÉCNICO

7.1. Os membros do pessoal administrativo e técnico enviados pelo Governo de uma das Partes para desempenhar funções permanentes em Missão diplomática ou Repartições consulares na outra, que não tenham a nacionalidade do Estado receptor, nem residência no mesmo, poderão introduzir um veículo livre de qualquer trâmite cambial e isento de todo tipo de direitos alfandegários, impostos ou gravames, durante o período da sua primeira instalação (seis meses a partir da data de chegada ao país para a assunção de funções).

7.2. O referido veículo não poderá ser transferido a terceiros antes de três anos, a contar da data de seu desembaraço alfandegário, com as exceções previstas nas alíneas a, b e c do item 3.1.. Após três anos, a transferência do veículo a pessoa não beneficiária de privilégio efetuar-se-á livre de todo tributo. O veículo não poderá ser substituído por outro com exoneração parcial de impostos.

8. Os funcionários da República Federativa do Brasil na República Oriental do Uruguai, referidos no item 7.1.

poderão optar pelo regime de admissão temporária previsto nas disposições vigentes em matéria de franquias.

9. Os funcionários da República Oriental do Uruguai na República Federativa do Brasil, referidos no item 7.1. poderão optar por adquirir um veículo de fabricação brasileira, livre de qualquer tributo e gravame. A venda desse veículo poderá ser autorizada, exonerada de todo tributo, após o prazo de doze meses, contado da data da autorização para o licenciamento de veículo por parte da Superintendência Regional da Receita Federal.

10. Os membros do pessoal administrativo e técnico da Missão diplomática ou Repartições consulares de cada Parte, no território da outra, não incluídos na categoria mencionada no item 7.1. continuarão sendo regidos pelas disposições vigentes em matéria de franquias no país em que desempenhem funções permanentes.

IV DISPOSIÇÕES GERAIS

11. As disposições acordadas nas presentes notas substituem entre as Partes, as normas em matéria de franquias vigentes em cada um dos países, aplicando-se o regime geral ao que não houver sido especificamente alterado.

12. Caso uma das Partes venha a estabelecer disposições gerais, em matéria de franquias aduaneiras ou tributárias, às Missões diplomáticas, Repartições consulares ou aos seus respectivos membros, que sejam mais favoráveis que as acordadas nas presentes notas, as referidas disposições aplicar-se-ão à outra Parte.

13. As disposições do Capítulo II não alteram os privilégios atuais, concedidos aos Chefes de Missão de ambas as Partes, sendo-lhes também aplicáveis as exceções previstas no item 1.1.. Os Chefes da Missão da República Federativa do Brasil na República Oriental do Uruguai deverão optar entre o regime previsto no Capítulo II e o regime geral aplicável aos Chefes de Missão na República Oriental do Uruguai.

14. A presente nota e a de Vossa Excelência, de mesma data e de idêntico teor, constituem Acordo entre nossos Governos e entrarão em vigor a partir desta data. Seus efeitos alcançarão também aos agentes diplomáticos, funcionários consulares, membros do pessoal administrativo e técnico ora em missão permanente em cada uma das Partes que optem pelo presente regime.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência a garantia de minha mais alta consideração.

[Signed — Signé]

JORGE CARLOS RIBEIRO

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Hector Gros Espiell
Ministro das Relações Exteriores

[TRANSLATION]

EMBASSY OF BRAZIL

Montevideo, 29 August 1991

No. 216

Sir,

I have the honour to address you concerning the tax exemption regime for the introduction, acquisition, and transfer of vehicles in the Federative Republic of Brazil and in the Eastern Republic of Uruguay by diplomatic missions and consular divisions by diplomatic agents, consular officers, and members of the administrative and technical staff of both countries, and to agree with you as follows:

I. VEHICLES FOR OFFICIAL USE

1. The diplomatic mission of one Party in the territory of the other may import up to four vehicles intended for their official use, consulates-general may import up to two vehicles, free of all exchange formalities and exempt from all type of customs duties, taxes and related charges. The said vehicles may be transferred and subsequently replaced, exempt from all taxes once 36 months have elapsed since they were cleared through customs.

2. The Diplomatic Mission of the Eastern Republic of Uruguay to the Government of the Federative Republic of Brazil and Consulates-General in Brazilian territory, may opt to acquire, exempt from all taxes and charges, Brazilian-made vehicles on the terms set forth in paragraph 1. The said vehicles may be transferred and subsequently replaced, exempt from all taxes once 12 months have elapsed from the date the Regional Superintendency for Fed-

[TRADUCTION]

AMBASSADE DU BRÉSIL

Montevideo, le 29 août 1991

N° 216

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur de me référer au régime de franchise des droits pour l'introduction, l'acquisition et le transfert de véhicules dans la République fédérative du Brésil et dans la République orientale de l'Uruguay de la part des missions diplomatiques et bureaux consulaires, par les agents diplomatiques, fonctionnaires consulaires et membres du personnel administratif et technique des deux pays, en exprimant mon accord avec Votre Excellence sur les dispositions suivantes :

I. VÉHICULES À USAGE OFFICIEL

1. La Mission diplomatique de l'une des Parties sur le territoire de l'autre Partie pourra importer, sans aucune formalité de change et en exemption de toute sorte de droit de douane, de taxes et de charges, jusqu'à quatre véhicules, et les consulats généraux jusqu'à deux automobiles pour leur usage officiel. Les véhicules en question pourront être transférés, et ensuite remplacés, en exemption de tout droit, après un délai de 36 mois à compter de leur mise en circulation.

2. La Mission diplomatique de la République orientale de l'Uruguay auprès de la République fédérative du Brésil et les consulats généraux en territoire brésilien pourront choisir d'acquérir, en exemption de tous droits et charges, des véhicules de fabrication brésilienne, aux conditions prévues à l'alinéa 1. Les véhicules susmentionnés pourront être transférés et ensuite remplacés, en exemption de tout droit, après un délai de 12 mois, à compter de la date de l'autorisation d'im-

eral Revenue authorizes the delivery of the vehicle.

II. VEHICLES FOR USE OF DIPLOMATIC AGENTS AND CONSULAR OFFICIALS

3. Diplomatic agents and consular officers of one Party fulfilling permanent functions in the territory of the other, may import, free of all exchange formalities and exempt from all type of customs duties, taxes, related charges, one vehicle for their own personal use and that of their family.

3.1. The said vehicle may not be transferred to a third party until three years have elapsed from the date it was cleared through customs, save in the following cases:

(a) At any time, to another person with, and who has not used, such exemption;

(b) When, for reasons beyond the owner's control the vehicle has been destroyed and the insurance company certifies that it has been destroyed, transfer of the vehicle and its later replacement may be authorized;

(c) After one year has elapsed, due to termination of the owner's functions, to a person not enjoying the privilege, upon payment of the corresponding taxes.

3.2. Once three years have elapsed from the time the vehicle was cleared through customs, transfer to a person not enjoying the privilege shall be effected free of all tax and the vehicle may be replaced.

3.3. Diplomatic agents and consular officers of the Eastern Republic of Uruguay in the Federative Republic of Brazil may opt to acquire, exempt from all taxes and charges, one Brazilian-made vehicle which may be transferred and subsequently replaced free from all taxes, once

matriculation du véhicule délivrée par la Direction régionale du Trésor fédéral.

II. VÉHICULES À L'USAGE DES AGENTS DIPLOMATIQUES ET FONCTIONNAIRES CONSULAIRES

3. Les agents diplomatiques et les fonctionnaires consulaires de l'une des Parties, qui exercent leurs fonctions permanentes sur le territoire de l'autre Partie, pourront importer, sans aucune formalité de change et en exemption de toutes sortes de droits de douane, impôts et charges, un véhicule pour leur usage personnel exclusif et celui de leur famille.

3.1. Le véhicule susmentionné ne pourra être transféré avant un délai de trois ans à compter de la date de mise en circulation, excepté dans les cas suivants :

a) A tout autre moment, à un autre bénéficiaire ayant la même franchise non utilisée;

b) Lorsque, pour des raisons indépendantes de la volonté de son titulaire, le véhicule aura été détruit, et que la compagnie d'assurances aura attesté la réalité de cette destruction, le transfert et le remplacement éventuel du véhicule pourront être autorisés;

c) Après un an, si les fonctions du titulaire ont pris fin, à une personne ne bénéficiant pas du privilège, moyennant perception des impôts qui sont dus.

3.2. Le transfert du véhicule à une personne ne bénéficiant pas du privilège sera effectué, après un délai de trois ans à compter de la mise en circulation, en exemption de tous droits, le véhicule pouvant être remplacé.

3.3. Les agents diplomatiques et fonctionnaires consulaires de la République orientale de l'Uruguay dans la République fédérative du Brésil pourront choisir d'acquérir, en exemption de tous droits et charges, un véhicule de fabrication brésilienne, qui pourra être

12 months have elapsed since the date the Regional Superintendency of the Federal Revenue authorizes the delivery of the vehicle.

3.4. Uruguayan diplomatic agents fulfilling permanent functions in the Federative Republic of Brazil may, in addition, acquire one Brazilian-made vehicle, exempt from the tax on industrialized products or its equivalent, which may be transferred free from all taxes and charges once 12 months have elapsed from the date the Regional Superintendency of the Federal Revenue authorizes the delivery of the vehicle; the exceptions provided for in subparagraphs (a) and (b) of paragraph 3.1 shall apply. The said vehicle may not be replaced by another with partial exemption from taxes. The Government of the Federative Republic of Brazil is considering extending to consular officers of the Eastern Republic of Uruguay the benefit of such additional vehicle as from the date of the corresponding diplomatic communication with the Uruguayan Government.

4. Brazilian diplomatic agents and consular officers may, under the temporary admission regime, import one additional vehicle, ownership of which may not be transferred save:

(a) For purposes of re-export;

(b) For purposes of handing it over to an insurance company after payment of the tax from which it was exempted.

5. In order to make the two existing regimes equivalent, Brazilian diplomatic agents and consular officers may, upon termination of their functions in the Eastern Republic of Uruguay, transfer ownership of the imported vehicle, free

transféré et ensuite remplacé, en exemption de tout droit, après un délai de 12 mois, à compter de la date de l'autorisation d'immatriculation du véhicule délivrée par la Direction régionale du Trésor fédéral.

3.4. Les agents diplomatiques uruguayens exerçant des fonctions permanentes dans la République fédérative du Brésil pourront également acquérir un véhicule supplémentaire de fabrication brésilienne, en exemption de l'impôt sur les produits manufacturés ou de son équivalent. Ce véhicule pourra être transféré en exemption de tous droits et charges, à l'expiration d'un délai de 12 mois, à compter de la date de l'autorisation d'immatriculation du véhicule délivrée par la Direction régionale du Trésor fédéral, sans préjudice de l'application des exceptions prévues aux alinéas a et b du sous-paragraphe 3.1. Le véhicule en question ne pourra être remplacé par un autre avec exemption partielle des impôts. Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil examine actuellement la possibilité d'étendre aux fonctionnaires consulaires de la République orientale de l'Uruguay la possibilité d'acquisition d'un tel véhicule supplémentaire, à partir de la date de la communication diplomatique correspondante au Gouvernement uruguayen.

4. Les agents diplomatiques et fonctionnaires consulaires brésiliens pourront importer, en admission temporaire, un véhicule supplémentaire dont la propriété ne pourra être transférée excepté :

a) Aux fins de réexportation; et

b) Pour être cédé à une compagnie d'assurances, après paiement des impôts dont il a été exonéré.

5. Afin de mettre en parallèle les régimes actuellement en vigueur, les agents diplomatiques et les fonctionnaires consulaires brésiliens pourront transférer, lorsque prendront fin leurs fonctions dans la République orientale de l'Uru-

of all taxes to persons not enjoying the privilege, provided that one year has elapsed from the time it was cleared through customs.

6. The regime outlined in paragraphs 3 and 5 for Brazilian officials fulfilling permanent functions in Uruguayan territory rules out the possibility of importing another vehicle after two years, as provided for in the norms relating to exemption now in effect in the eastern Republic of Uruguay.

III. VEHICLES FOR THE USE OF MEMBERS OF THE ADMINISTRATIVE AND TECHNICAL STAFF

7.1. Members of the administrative and technical staff sent by the Government of either Party to fulfil permanent functions in the diplomatic or consular mission of the other, who are not nationals of nor resident in the receiving State, may bring in one vehicle free of all exchange formalities and exempt from all type of customs duties, taxes and related charges during the period of their first establishment (six months from the date of their arrival in the country to take up their functions).

7.2. The said vehicle may not be transferred to a third party until three years have elapsed from the date on which it was cleared through customs, save in the cases outlined in paragraph 3.1, subparagraphs (a), (b) and (c). After three years, transfer of the vehicle to a person not enjoying the privilege shall be effected free of all taxes. The vehicle may not be replaced by another with partial exemption from taxes.

8. Officials of the Federative Republic of Brazil and the Eastern Republic of

guay, la propriété du véhicule importé en exemption de tous droits à une personne ne bénéficiant pas du privilège, à condition que le véhicule en question ait plus d'un an à compter de la date de mise en circulation.

6. Le régime accordé au titre des paragraphes 3 et 5 du présent article aux fonctionnaires brésiliens exerçant des fonctions permanentes en territoire uruguayen exclut la possibilité d'importation d'un autre véhicule après deux ans, prévue dans les règles d'exemption en vigueur dans la République orientale de l'Uruguay.

III. VÉHICULES À L'USAGE DES MEMBRES DU PERSONNEL ADMINISTRATIF ET TECHNIQUE

7.1. Les membres du personnel administratif et technique envoyés par le Gouvernement de l'une des Parties pour exercer des fonctions permanentes dans la Mission diplomatique ou dans des bureaux consulaires de l'autre Partie, qui n'ont pas la nationalité de l'Etat hôte et ne résident pas dans cet Etat, pourront introduire un véhicule sans aucune formalité de change et en exemption de toutes sortes de droits de douane, impôts ou charges, au cours de la période de leur première installation (six mois à compter de la date d'arrivée dans le pays pour la prise de fonctions).

7.2. Le véhicule en question ne pourra être transféré à des tiers avant un délai de trois ans, à compter de la date de sa mise en circulation, avec les exceptions prévues aux alinéas *a*, *b* et *c* du sous-paragraph 3.1. Passé le délai de trois ans, le transfert du véhicule à une personne ne bénéficiant pas du privilège s'effectuera en exemption de tous droits. Le véhicule ne pourra être remplacé par un autre avec exemption partielle des impôts.

8. Les fonctionnaires de la République fédérative du Brésil dans la Répu-

Uruguay referred to in paragraph 7.1 may opt for the temporary admission regime provided for in existing provisions relating to exemptions.

9. Officials of the Eastern Republic of Uruguay in the Federative Republic of Brazil referred to in paragraph 7.1 may opt to acquire one Brazilian-made vehicle free of all taxes and charges. The sale of that vehicle may be authorized exempt from all taxes once 12 months have elapsed from the date the Regional Superintendency for Federal Revenue authorizes delivery of the vehicle.

10. Members of the administrative and technical staff of the diplomatic mission or consular division of one Party in the territory of the other who are not included in the category mentioned in paragraph 7.1, shall continue to be governed by existing provisions relating to exemptions in the country in which they fulfil permanent functions.

IV. GENERAL PROVISIONS

11. The provisions agreed on in this exchange of notes shall replace, between the Parties, existing norms regarding exemptions in each of the two countries, and the general regime shall apply in as far as it has not been specifically altered.

12. In the event that one Party should establish general provisions regarding customs or tax exemptions for diplomatic missions, consular divisions or their respective members, which are more favourable than those agreed in this exchange of notes, said provisions shall apply to the other Party.

13. The provisions of chapter II shall not alter existing privileges granted to the

blique orientale de l'Uruguay, mentionnés au sous-paragraphe 7.1, pourront opter pour le régime d'admission temporaire prévu par les dispositions en vigueur en matière de franchises.

9. Les fonctionnaires de la République orientale de l'Uruguay dans la République fédérative du Brésil, mentionnés au sous-paragraphe 7.1, pourront choisir d'acquérir, en exemption de tous droits et charges, un véhicule de fabrication brésilienne. La vente de ce véhicule pourra être autorisée, en exemption de tout droit, après un délai de 12 mois, à compter de la date de l'autorisation d'immatriculation du véhicule délivrée par la Direction régionale du Trésor fédéral.

10. Les membres du personnel administratif et technique de la Mission diplomatique ou des bureaux consulaires de chaque Partie, dans le territoire de l'autre Partie, non compris dans la catégorie mentionnée au sous-paragraphe 7.1, seront régis comme par le passé par les dispositions en vigueur en matière de franchises dans le pays où ils exercent leurs fonctions permanentes.

IV. DISPOSITIONS GÉNÉRALES

11. Les dispositions convenues dans les présentes notes remplacent, entre les Parties, les réglementations en matière de franchises en vigueur dans chacun des deux pays, le régime général étant d'application pour ce qui n'a pas été spécifiquement modifié.

12. Si l'une des Parties venait à établir des dispositions générales, en matière de franchises douanières ou fiscales, pour les missions diplomatiques, bureaux consulaires ou pour leurs membres respectifs, qui seraient plus favorables que celles qui sont convenues dans les présentes notes, les dispositions en question s'appliqueraient à l'autre Partie.

13. Les dispositions du chapitre II ne modifient pas les privilèges actuels

heads of diplomatic mission of either Party to whom the exceptions provided for in paragraph 3.1 shall also apply. The heads of mission of the Federative Republic of Brazil in the Eastern Republic of Uruguay shall choose between the regime provided for in chapter II and the general regime applicable to heads of mission in the Eastern Republic of Uruguay.

14. This note and your reply of the same date and content shall constitute an agreement between our two Governments and shall enter into effect as of this date. Its effects shall also extend to any diplomatic agent and consular officer and to any member of the administrative and technical staff currently on permanent mission status in either country who opts for the present regime.

I take this opportunity, etc.

[Signed]

JORGE CARLOS RIBEIRO

His Excellency
Mr. Hector Gros Espiell
Minister for Foreign Affairs

accordés aux chefs de Mission des deux Parties, les exceptions prévues au sous-paragraphe 3.1 leur étant également applicables. Les chefs de Mission de la République fédérative du Brésil dans la République orientale de l'Uruguay devront choisir entre le régime prévu au chapitre II et le régime général applicable aux chefs de Mission dans la République orientale de l'Uruguay.

14. La présente note et la note de Votre Excellence, de même date et de teneur identique, constituent un accord entre nos Gouvernements et entreront en vigueur à compter de cette date. Leurs effets s'étendront également aux agents diplomatiques, aux fonctionnaires consulaires, aux membres du personnel administratif et technique actuellement en mission permanente dans chacune des Parties et qui choisiront le présent régime.

Je saisis cette occasion, etc.

[Signé]

JORGE CARLOS RIBEIRO

Son Excellence
Monsieur Hector Gros Espiell
Ministre des relations extérieures

II

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES

Montevideo, 29 de agosto de 1991

Señor Embajador:

Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia en respuesta a su atenta nota del día de la fecha, en la que propone efectuar un acuerdo sobre el régimen de franquicias tributarias entre ambos países, en base a las disposiciones siguientes:

"Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia con relación al régimen de franquicias tributarias para la introducción, adquisición, y transferencia de vehículos en la República Federativa del Brasil y en la República Oriental del Uruguay por parte de las Misiones Diplomáticas y Reparticiones Consulares, por los agentes diplomáticos y funcionarios consulares, y miembros del personal administrativo y técnico de ambos países, coincidiendo con Vuestra Excelencia en lo siguiente:

"1. - VEHICULOS PARA USO OFICIAL.

"1. La Misión Diplomática de una de las Partes en el territorio de la otra, podrá importar, libre de todo trámite cambiario y exento de todo clase de derechos de aduana, tributos y gravámenes conexos, hasta cuatro vehículos y los Consulados Generales hasta dos, destinados a su uso oficial. Los referidos vehículos podrán ser transferidos posteriormente, y sustituidos, exentos de todo tributo después de treinta y seis meses de su libramiento a plaza.

"2. La Misión Diplomática de la República Oriental del Uruguay ante el Gobierno de la República Federativa del Brasil y los Consulados Generales en territorio brasileño podrán optar por adquirir, exonerados de todos los tributos y gravámenes, vehículos de fabricación brasileña, en las condiciones previstas en el numeral 1. Los citados vehículos podrán ser transferidos y posteriormente sustituidos, exentos de todo tributo, transcurridos doce meses contados a partir de la fecha de autorización para la liberación del vehículo, por parte de la Superintendencia Regional de la Receita Federal.

**"11.- VEHICULOS PARA USO DE LOS AGENTES
"DIPLOMATICOS Y FUNCIONARIOS CONSULARES.**

"3. Los agentes diplomáticos y funcionarios
"consulares de una de las Partes que desempeñan funciones
"permanentes en el territorio de la otra, podrán importar
"libre de todo trámite cambiario y exento de toda clase de
"derechos de aduana, tributos y gravámenes conexos, un
"vehículo para el estricto uso personal, del titular y de
"su familia.

"3.1. El referido vehículo no podrá ser
"transferido a terceros por el plazo de tres años a contar
"de la fecha de su libramiento a plaza, salvo en los
"siguientes casos:

"a) En cualquier momento, a otro beneficiario con
"la misma franquicia no utilizada;

"b) Cuando, por motivos ajenos a la voluntad de su
"titular, el vehículo hubiere quedado destruido y la
"compañía aseguradora certifique dicha destrucción, podrá
"ser autorizada su transferencia y eventual sustitución;

"c) Transcurrido un año, por término de las
"funciones de su titular, a persona no beneficiaria de
"privilegio, previo pago de los tributos correspondientes.

"3.2. La transferencia del vehículo a persona no
"beneficiaria de privilegio se efectuará, transcurridos tres
"años de su libramiento a plaza, libre de todo tributo,
"pudiendo ser sustituido.

"3.3. Los agentes diplomáticos y funcionarios
"consulares de la República Oriental del Uruguay en la
"República Federativa del Brasil, podrán optar por adquirir
"exonerado de todo tributo y gravamen, un vehículo de
"fabricación brasileña que podrá ser transferido y
"posteriormente sustituido, exento de todo tributo,
"transcurridos 12 meses desde la fecha de la autorización
"para la liberación del vehículo por parte de la
"Superintendencia Regional de la Receita Federal.

"3.4. Los agentes diplomáticos uruguayos que
"desempeñen funciones permanentes en la República Federativa
"del Brasil, podrán adquirir además, un vehículo de
"fabricación brasileña exonerado del impuesto sobre
"productos industrializados o su equivalente, que podrá ser
"transferido libre de todo tributo y gravamen, transcurridos

"12 meses desde la fecha de autorización para la liberación
"del vehículo por parte de la Superintendencia Regional de
"la Receita Federal, siendo aplicables las excepciones
"previstas en los literales a) y b) del numeral 3.1. El
"referido vehículo no podrá ser sustituido por otro con
"exoneración parcial de impuestos.

"El Gobierno de la Republica Federativa del Brasil
"está examinando la posibilidad de extender a los
"funcionarios consulares de la República Oriental del
"Uruguay la adquisición de este vehículo adicional, a partir
"de la fecha de la correspondiente comunicación diplomática
"al Gobierno uruguayo.

"4. Los agentes diplomáticos y funcionarios
"consulares brasileños, podrán importar en régimen de
"admisión temporaria un vehículo adicional cuya titularidad
"no podrá ser transferida salvo:

"a) para ser reexportado

"b) para ser cedido a una

"compañía aseguradora, previo pago de los tributos de que
"fue exonerado.

"5. A fin de equiparar los regimenes actualmente
"vigentes, los agentes diplomáticos y funcionarios
"consulares brasileños podrán transferir, por cese
"definitivo de sus funciones en la República Oriental del
"Uruguay, la propiedad del vehículo importado, libre de todo
"derecho, a personas no beneficiarias de privilegio, siempre
"que hubiere transcurrido un año de su libramiento a plaza.

"6. El régimen previsto en los numerales 3 y 5
"para los funcionarios brasileños que desempeñen funciones
"permanentes en territorio uruguayo, excluye la posibilidad
"de importación de otro vehículo después de dos años, según
"lo dispuesto en las normas de franquicias vigentes en la
"República Oriental del Uruguay.

"III.- VEHICULOS PARA USO DE LOS MIEMBROS DEL
"PERSONAL ADMINISTRATIVO Y TECNICO

"7.1. Los miembros del personal administrativo
"y técnico enviados por el Gobierno de una de las Partes
"para desempeñar funciones permanentes en la Misión
"Diplomática o Consular de la otra, que no tengan la
"nacionalidad del estado receptor ni residencia en el mismo,
"podrán introducir un vehículo libre de todo trámite

"cambiario y exento de toda clase de derechos de aduana, tributos y gravámenes conexos, durante el periodo de su primera instalación (6 meses a partir de la fecha de su llegada al país por asunción de funciones).

"7.2. El referido vehículo no podrá ser transferido a terceros antes de 3 años a contar de la fecha de su libramiento a plaza, con las excepciones previstas en los literales a, b y c del numeral 3.1. Transcurridos 3 años, la transferencia del vehículo a persona no beneficiaria de privilegio, se efectuará libre de todo tributo. Este vehículo no podrá ser sustituido por otro con exoneración parcial de impuestos.

"8. Los funcionarios de la República Federativa del Brasil en la República Oriental del Uruguay referidos en el numeral 7.1, podrán optar por el régimen de admisión temporaria previsto en las disposiciones vigentes en materia de franquicias.

"9. Los funcionarios de la República Oriental del Uruguay en la República Federativa del Brasil referidos en el numeral 7.1, podrán optar por adquirir un vehículo de fabricación brasileña, libre de todo tributo y gravámen. La venta de ese vehículo podrá ser autorizada exonerada de todo tributo, cumplidos los doce meses contados a partir de la fecha de autorización para la liberación del vehículo por parte de la Superintendencia Regional de la Receita Federal.

"10. Los miembros del personal administrativo y técnico de la misión diplomática o repartición consular de cada Parte en el territorio de la otra, no incluidos en la categoría mencionada en el numeral 7.1 continuarán rigiéndose por las disposiciones vigentes en materia de franquicias en el país en que cumplan funciones permanentes.

"IV. - DISPOSICIONES GENERALES

"11. Las disposiciones acordadas en las presentes Notas Reversales, sustituyen entre las Partes las normas en materia de franquicias vigentes en cada uno de los países, aplicándose el régimen general, en lo que no haya sido específicamente alterado.

"12. En caso de que una de las Partes establezca disposiciones generales en materia de franquicias aduaneras o tributarias a las Misiones Diplomáticas, Reparticiones Consulares o a sus respectivos miembros, que sean más favorables que las acordadas en las presentes Notas Reversales, las referidas disposiciones, se aplicarán a la otra Parte.

"13. Las disposiciones del Capítulo II no alteran los privilegios actuales, concedidos a los Jefes de Misión Diplomática de ambas Partes, siéndoles también aplicables las excepciones previstas en los literales del numeral 3.1. Los Jefes de Misión Diplomática de la República Federativa del Brasil en la República Oriental del Uruguay deberán optar entre el régimen previsto en el Capítulo II y el régimen general aplicable a los Jefes de Misión en la República Oriental del Uruguay.

"14. La presente Nota y la de Vuestra Excelencia, de la misma fecha y de idéntico tenor, constituyen un Acuerdo entre nuestro Gobiernos y entrarán en vigor a partir de esta fecha. Sus efectos alcanzarán también, a los agentes diplomáticos y funcionarios consulares y miembros del personal administrativo y técnico que actualmente se encuentran en misión permanente en cada una de las Partes, que opten por el presente régimen.

"Hago propicia la oportunidad para reiterar a Vuestra Excelencia las expresiones de mi más alta consideración."

Y además tengo el honor de transmitirle a Vuestra Excelencia la conformidad de mi Gobierno con el Acuerdo antes transcripto y acordar que la Nota de Vuestra Excelencia y la presente sean consideradas como las que constituyen un acuerdo entre los dos Gobiernos, el cual entrará en vigor en la fecha de la presente Nota.

Reitero a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración.

[Signed — Signé]¹

A Su Excelencia
Don Jorge Carlos Ribeiro
Embajador Extraordinario y Plenipotenciario
de la República Federativa del Brasil
Montevideo

¹ Signed by Hector Gros Espiell — Signé par Hector Gros Espiell.

[TRANSLATION]

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS

Montevideo, 29 August 1991

Sir,

I have the honour to address you in response to your kind note of today's date whereby you propose to effect an agreement on the tax exemption regime between the two countries based on the following provisions:

[See note I]

I also have the honour to communicate the agreement of my Government to the foregoing, and to accept the proposal that your note and this reply should be considered as constituting an agreement between the two Governments which shall enter into force on the date of this note.

Accept, Sir, etc.

[HECTOR GROS ESPIELL]

His Excellency
Mr. Jorge Carlos Ribeiro
Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary of the Federative Republic of Brazil
Montevideo

[TRADUCTION]

MINISTÈRE DES RELATIONS
EXTÉRIEURES

Montevideo, le 29 août 1991

Monsieur l'Ambassadeur,

J'ai l'honneur de faire réponse à la note de Votre Excellence en date de ce jour, par laquelle il est proposé de conclure un accord sur le régime de franchises fiscales entre les deux pays, sur la base des dispositions suivantes :

[Voir note I]

En outre, j'ai l'honneur de faire savoir à Votre Excellence que l'Accord transcrit ci-dessus recueille l'agrément de mon Gouvernement et que je suis d'accord pour que la note de Votre Excellence et la présente note soient considérées comme constituant un accord entre les deux Gouvernements, lequel entrera en vigueur à la date de la présente note.

Je saisis cette occasion, etc.

[HECTOR GROS ESPIELL]

Son Excellence
Monsieur Jorge Carlos Ribeiro
Ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire de la République fédérative du Brésil
Montevideo